

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO  
MARIANA - MINAS GERAIS - BRASIL

ISABELLA MARCIANO NEPOMUCENO

**DESAFIOS DA MATERNIDADE ATÍPICA: UM ESTUDO A PARTIR DAS  
MÃES ATENDIDAS PELA APAE - MARIANA**

ISABELLA MARCIANO NEPOMUCENO

**DESAFIOS DA MATERNIDADE ATÍPICA :UM ESTUDO A PARTIR DAS  
MÃES ATENDIDAS PELA APAE- MARIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto UFOP como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social Orientação: Prof. Dra. Alessandra Ribeiro de Souza

Mariana/MG 2026



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Isabella Marciano Nepomuceno**

**Desafios da maternidade atípica: um estudo a partir das mães atendidas pela APAE - Mariana**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 5 de março de 2026

### Membros da banca

[Dra.] - Alessandra Ribeiro de Souza - Orientadora- Universidade Federal de Ouro Preto  
[Dra.] - Veronica Medeiros Alagoano - Universidade Federal de Ouro Preto  
[Assistente Social] - Sonia Regina B. Passos - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Alessandra Ribeiro de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro de Souza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/03/2026, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1070351** e o código CRC **2AF92F61**.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo de toda essa trajetória acadêmica. Sem sua presença constante, não teria sido possível superar os desafios encontrados durante essa caminhada. E a intercessão de Nossa senhora por ser aconchego em dias difíceis.

Agradeço aos meus familiares, pelo apoio incondicional, incentivando diariamente e compressão nos momentos de ausência. Vocês foram minha base e meu alicerce em todos os momentos. Principalmente aos meus pais Marlene e Francisco e minha irmã Rafaela me apoiaram nessa trajetória.

Aos meus amigos da faculdade, levarei vocês comigo sempre, pois me incentivaram nos momentos em que pensei não conseguir, ao mesmo tempo em que me mostraram o quanto sou capaz.

A orientada Alessandra, agradeço a dedicação, paciência e contribuições para construção deste trabalho. Seus ensinamentos foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional

Agradeço aos professores, supervisora de estágio Sonia e Nayara que foram fundamentais para aproximação com o trabalho profissional e as mediações que foram realizadas.

Ao meu noivo que foi meu porto seguro e auxiliou nessa caminhada, e somou junto nesse percurso.

Enfim, agradeço aos meus primos e tios, que estiveram presentes ao longo desses anos, me acolheram, me escutaram e caminharam comigo. Não foi um processo fácil, mas chegar até aqui me permite olhar para mim mesmo e reconhecer: eu consegui.

Por fim, a todos que diretamente ou indiretamente, contribuíram para realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as concepções acerca das dificuldades de acesso das mães que tem filho com deficiência, a partir da vivência do cotidiano de estágio. Apresentar análises dos autores presentes na bibliografia, afirmando os conceitos fundamentais relacionados às barreiras de acesso e discriminação contra as pessoas deficiência. Embora, a constituição de 1988 o Estatuto da pessoa com deficiência, tenha promovido avanços significativos, diversos direitos ainda são violados. Além disso, o estudo buscar analisar o processo sócio-histórico dessas pessoas, em como as barreiras estruturais que enfrentam. Dessa forma, para um aprofundamento na problemática foram realizadas entrevistas com as mães que têm filhos com deficiência matriculados na APAE. Os resultados da pesquisa revelaram a centralidade das mães no cuidado, as limitações de acesso as políticas sociais.

Palavras-chave: Deficiência; Mães; acesso aos direitos; Políticas sociais

## **ABSTRACT**

This final course project aims to analyze the conceptions regarding the difficulties of access faced by mothers of children with disabilities, based on the daily experiences of an internship. It presents analyses of authors found in the bibliography, affirming fundamental concepts related to barriers to access and discrimination against people with disabilities. Although the 1988 Constitution and the Statute of Persons with Disabilities have promoted significant progress, several rights are still violated. Furthermore, the study seeks to analyze the socio-historical process of these individuals, focusing on the structural barriers they face. Therefore, to deepen the understanding of the problem, interviews were conducted with mothers of children with disabilities enrolled in APAE (Association of Parents and Friends of Exceptional Children). The research results revealed the centrality of mothers in caregiving and the limitations in access to social policies.

Keywords: Disability; Mothers; access to rights; Social polici

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2 AVANÇOS E RETROCESSOS NO DEBATE HISTÓRICO SOBRE A DEFICIÊNCIA</b> .....	<b>9</b>
2.1 A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) .	17
2.2 A ATUAÇÃO DA APAE NO MUNICÍPIO DE MARIANA: SERVIÇOS E POLÍTICAS DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	19
2.3 REDE DE ATENDIMENTO E CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MARIANA.....	24
2.4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPED E NA APAE DE MARIANA.....	28
<b>3 MATERNIDADE E OS IMPACTOS PARA AS MÃES DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA.</b>	<b>34</b>
3.4 VIVÊNCIAS, DESAFIOS COTIDIANOS DE MÃES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELA APAE DE MARIANA.....	36
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>42</b>
<b>APENDICE</b> .....	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar as dificuldades de acesso das mães que têm filhos com deficiência inseridos na APAE de Mariana, bem como os serviços realizados pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar das pessoas com deficiência (CAMPED). A relevância deste estudo decorre do fato de que, historicamente, pessoas com deficiência têm sido marginalizadas e privadas de direitos fundamentais, como saúde, educação, lazer e trabalho. Apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, muitas dessas famílias ainda enfrentam barreiras sociais, econômicas e estruturais que inviabilizam sua inclusão na sociedade.

Não podemos negar que avançamos em termos da proteção social e das legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, mas na prática a efetivação destes direitos tem sido negligenciada pelo próprio Estado, que trabalha na perspectiva dos mínimos sociais. (Cristina, Vaz, Tristão, Silva, Ignez, 2022, p.4)

Neste contexto, do Estado ultra neoliberal, os direitos não são universais, presenciemos a fragilidade das principais políticas públicas na efetivação dos direitos básicos de seus cidadãos, criando mecanismos de regulação, bem como elegendo público prioritário (Cristina, Vaz, Tristão, Silva, Ignez, 2022, p.4). Ou seja, a fragilidade das políticas públicas essenciais que resulta em uma reconfiguração da proteção social, que é focalizada e centralizada e passa a ser orientada com condicionalidades.

Compreender esses desafios é essencial para dar visibilidade à realidade das mães que têm filhos com deficiência, pois trata da realidade de muitas mulheres que, além de serem excluídas socialmente, enfrentam uma grande sobrecarga emocional. Grande parte dessas mulheres, enfrentam dificuldades no acesso a políticas públicas adequadas para seus filhos, situação agravada pela ausência de apoio familiar e estatal. Além disso, convive diariamente com a exclusão social e o capacitismo, que se manifestam tanto em ambientes públicos quanto em discursos discriminatórios, reforçando barreiras que dificultam a inclusão e acesso dessas famílias.

Nesse sentido, a compressão dos desafios enfrentados por mães que têm filhos com deficiência, especialmente aquelas atendidas pela APAE de Mariana, assume importância fundamental, no enfoque da pesquisa sendo uma instituição que tem papel essencial no apoio do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Ao analisar os aspectos educacionais, sociais e de saúde, busca-se identificar as

dificuldades que essas mães enfrentam para garantir os direitos de seus filhos, incluindo a educação inclusiva e serviços de saúde especializados ,analisando em conjunto o impacto do fechamento do Centro de atendimento multidisciplinar das pessoas com deficiência no município

Além disso, a pesquisa se propõe a descrever o processo sócio-histórico das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no Brasil, analisando o processo de inclusão e direitos sociais com intuito de compreender as mudanças e desafios perpassados a essas pessoas.

Dessa forma, esse trabalho parte de uma pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2008), a pesquisa contribui para a formulação de novos conhecimentos e para o aprofundamento analítico e conceitual na compreensão de fenômenos sociais, tendo como base o levantamento de revisões bibliográficas ,incluindo artigos científicos ,livros ,revistas e sites de pesquisa, com objetivo de reunir um conjunto de informações teóricas ,reflexivas e argumentativas sobre o tema em questão .Além disso ,será realizada uma pesquisa documental, com análise de arquivos e documentos oficiais da APAE de Mariana, visando compreender e analisar o acesso de pessoas com deficiência aos serviços e recursos disponibilizados pelo setor.

A pesquisa qualitativa se ocupa do universo dos significados, das crenças, das atitudes, dos valores e das aspirações dos indivíduos, que são entendidos como parte integrante da realidade social. Nesse sentido, o ser humano não se distingue apenas por suas ações, mas também por pensar sobre elas e interpretá-las dentro do contexto vivido e compartilhado com seus semelhantes (Minayo, 2008, p. 21). Este tipo de pesquisa, portanto, responde a questões particulares e contextuais, e é essencial para analisar a realidade de grupos que enfrentam desafios sociais específicos, como as mães de crianças com deficiência.

Na construção da pesquisa, é fundamental elaborar uma fundamentação que aborda os movimentos históricos, sociais e legislativos que marcaram as resistências, lutas e conquistas das pessoas com deficiência. É essencial debater pautas que, muitas vezes, são negligenciadas e pouco discutidas, mas que são de grande importância e reconhecimento na valorização desta temática, na qual, a " teoria é construída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos " (MINAYO, 2008, p.17).

A pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou

não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humano é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (Minayo, 2008, pág.21).

Além disso, essa temática não é amplamente discutida no campo do Serviço Social, é essencial qualificar e aprofundar os estudos sobre o assunto, uma vez que ainda há poucas referências nessa área. É de extrema importância, especialmente considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2022, que indicam que 18,6 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência. Nesse contexto, justifica-se a realização deste estudo, dada a necessidade de ampliar as intervenções focadas nessa questão.

Esse estudo, portanto, visa contribuir com as lutas sociais, pois, por meio das pesquisas e estudos que serão realizados, a população terá acesso aos resultados das coletas de dados, os quais servirão como base para a formação dos futuros assistentes sociais no processo de inclusão das pessoas com deficiência. Assim, essa temática tem relevância social, para permitir explorar e compreender que embora o amparo legal conquistado, a efetivação dos direitos que ainda parece irrealizável na prática.

## **2 AVANÇOS E RETROCESSOS NO DEBATE HISTÓRICO SOBRE A DEFICIÊNCIA**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise histórica sobre a forma como a deficiência foi compreendida e tratada no Brasil ao longo do tempo. Serão abordados os principais marcos institucionais, sociais e políticos que influenciaram o atendimento às pessoas com deficiência, destacando tanto os avanços quanto os retrocessos nesse percurso.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), define as pessoas com deficiência, como as aquelas que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, quando associados às barreiras no ambiente ou na sociedade em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (OMS). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE ,2022), aproximadamente no Brasil 18,6 milhões de pessoas declaram ter algum tipo de deficiência, seja intelectual, física, cognitiva e múltipla.

O processo sócio-histórico das pessoas com deficiência no Brasil é marcado por exclusão e preconceito “ é permeada por questões religiosas, biológicas e estigmas, com mudanças graduais dentro do contexto da evolução da humanidade (Ribeiro e Oliveira ,2022, p.515,). As pessoas com deficiência eram vistas como “aleijado” deformado “imperfeitas ou impuras ,devido está fora dos padrões da sociedade.

A construção das legislações e das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência foi marcada por um processo histórico longo e complexo, durante muitos anos prevaleceu uma abordagem assistencialista e caritativa, que via a deficiência sob uma ótica de cuidado e associadas como doidos e doentes. Essas pessoas, eram excluídas do convívio social, na qual eram “confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. As pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázarus, fundado em 1741” (Lanna Júnior, 2010, p .22).

A partir da segunda metade do século XIX, começaram a surgir no Brasil as primeiras instituições destinadas às pessoas com deficiência “Destinado privativamente para o tratamento de alienados”, o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia, instalado no Rio de Janeiro. O estabelecimento

começou a funcionar efetivamente em 9 de dezembro de 1852. Em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” (Lanna Júnior,2010, p.22). Essas instituições eram voltadas aos atendimentos a pessoas com deficiência visual e auditiva.

Até meados de 1850, as pessoas com deficiência intelectual foram segregadas a hospitais psiquiátricos, pois eram colocadas na mesma definição etiológica das pessoas com transtornos mentais. Essa forma de definição causou e ainda causa uma enorme confusão na distinção das demandas desses dois segmentos, pois ainda é muito comum que famílias e até mesmo profissionais não tenham clareza em relação à distinção entre deficiência intelectual e doença mental. (Ribeiro e Oliveira,2015, p.516)

No Brasil, o Estado não reconhecia como necessidade em ter instituições voltadas às pessoas com deficiência, essas pessoas eram deixadas em casa de acolhimento e eram tratadas de forma precária e caritativa. Segundo Lanna (2010), foi nesse contexto que surgem as primeiras organizações, voltadas às pessoas com deficiência no Brasil, as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1954,), essas sociedades visavam buscar o acesso em prol dos direitos sociais as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a sociedade Pestalozzi e rede Apaeana são vinculadas a Fenapaes, são uma rede de atendimento à pessoa com deficiência de expressiva atuação na sociedade, que presta serviços de educação, saúde e assistência social. O atendimento é voltado para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Essas instituições tinham o objetivo de promover o acesso integral a pessoas com deficiência.

Segundo (Lanna ,2010), o conhecimento sobre deficiência era fundamentado em uma perspectiva biomédica, na qual a deficiência era vista como uma doença em condição a ser curada. Com o surto da poliomielite no Brasil, doença que afeta o sistema nervoso e provoca paralisia cerebral e física, iniciou-se a criação do primeiro centro de reabilitação do país. Associação Brasileiras Beneficente de Reabilitação (ABBR), fundada em 1954, essas instituições eram mantidas por apoio financeiro de empresários e iniciativa filantrópicas, tendo como objetivo principal o desenvolvimento e a reabilitação das pessoas com deficiência de forma integrada. O autor confirma,

Outras organizações filantrópicas surgiram no contexto da epidemia de poliomielite, como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD)

de São Paulo (hoje Associação de Assistência à Criança Deficiente), fundada em 1950. 1 O Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR) de Salvador, criado em 1956; e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) de Niterói, fundada em 1958. Alguns hospitais tornaram-se centros de referência na reabilitação de pessoas com sequelas de poliomielite, a exemplo do Hospital da Baleia e do Hospital Arapiara, ambos em Belo Horizonte - MG. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.28).

Outrossim, os movimentos sociais foram fundamentais ao reivindicarem os direitos e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e impulsionaram a reestruturação das normativas institucionais. A partir dessa conjuntura, em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de promover a conscientização global e a discriminação das pessoas com deficiência, possibilitando a participação dessas na sociabilidade.

No Brasil esse movimento culminou com a promulgação da Constituição de 1988, sendo um marco legal, que representou um avanço fundamental para a população com deficiência no Brasil, consolidando, após anos de lutas e enfrentamento de discriminação contra essas pessoas. O processo de inclusão e luta dessa parcela da sociedade, se perpetua durante séculos em que foram marginalizadas, privadas de acesso à educação, saúde, trabalho e participação social, sendo marginalizadas pela sociedade. A constituição de 1988 LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 preconiza,

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Comitadamente, o avanço legislativo no Brasil em prol dos direitos das pessoas com deficiência consolidou-se com a promulgação da Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989, a primeira Lei específica à proteção dos direitos e integração social das pessoas com deficiência. Essa normativa estabelece as políticas sociais, saúde, trabalho, educação, além de criar a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), responsável pela formulação e execução da Política de Integração a Pessoa com Deficiência, regulamentou a Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Promulgando a Lei, que institui a acessibilidade para

peças com mobilidade reduzida em espaços públicos ,transporte e comunicação, representando um grande avanço para acesso e convívio social .

Ademais, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as intensas mobilizações dos movimentos sociais, o processo de inclusão social das pessoas com deficiência teve uma nova dimensão, impulsionando uma série de efetivação de políticas públicas e acessos aos seus direitos. Nesse contexto, a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

Art. 8 É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

As conquistas alcançadas pelos direitos das pessoas com deficiência são resultado de intensas lutas protagonizadas por movimentos sociais e por famílias que, historicamente, lutaram por melhores condições de vida e acesso aos direitos fundamentais. Apesar dos avanços obtidos, ainda tem muitos direitos a ser conquistados para que haja realmente uma inclusão efetiva em todos os setores da sociedade.

Embora a legislação brasileira seja uma das mais avançadas, a eliminação das barreiras não tem sido prioritária nem pelos governos, nem pela sociedade. Entre as diversas barreiras, destacamos a atitudinal, ou seja, atitudes causadas pelo preconceito e que, de alguma forma, são a raiz de todas as outras. A sua remoção é a mais desafiadora e demanda abandonar as atitudes que discriminam e separam a pessoa com deficiência da vida em sociedade. (BASSI, 2023)

Nesse contexto, embora os avanços legislativos e das conquistas sociais, representam importantes marcos no reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, a efetivação desses direitos ainda se mostra aquém do necessário .A Legislação assegura o acesso à educação, saúde, trabalho e a acessibilidade física e comunicacional constitui um grande progresso .No entanto, a

distância que está previsto na legislação e que é efetivamente aplicado na prática revela as fragilidades das políticas sociais voltada a essa população. Conforme reafirma o autor (Vaz Silva et al. 2022)

Não podemos negar que avançamos em termos da proteção social e das legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, mas na prática a efetivação destes direitos tem sido negligenciada pelo próprio Estado, que trabalha na perspectiva dos mínimos sociais. Neste contexto, no Estado ultraneoliberal, os direitos não são universais, presenciamos a fragilidade das principais políticas públicas na efetivação dos direitos básicos de seus cidadãos, criando mecanismos de regulação, bem como elegendo público prioritário. A deficiência engloba todas as questões de direitos humanos, portanto, tem como princípio que todas as pessoas têm direito de acessar as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento. (VAZ SILVA et al., 2022).

O capacitismo, inserido nesse contexto, manifesta-se como um sistema estruturante de discriminação que valoriza corpo e mente considerados “normais” .O “termo originário do vocábulo americano *ableism*, diz respeito à concepção de que somente o corpo “perfeito” é considerado “normal” e que os outros corpos, em virtude das suas particularidades, são classificados como deficientes” (Lunardelli e Kawakami 2023,p.3 )

Essa lógica, profundamente enraizada na sociedade, sustenta diversas formas de preconceito que desvalorizam e marginalizam as pessoas com deficiência, ao impor um modelo idealizado de corpo e mente. Nesse sentido, o capacitismo atua de maneira estrutural, moldando as relações sociais, as práticas institucionais e a forma, como a própria pessoa com deficiência é percebida e tratada no contexto social.

O CFESS aponta que capacitismo é o preconceito contra as pessoas com deficiência, utilizando-se de atitudes, discursos e falas capacitistas nas redes sociais, na mídia e nas autoridades (CFESS, 2024). Dessa forma, o capacitismo é pensado como um modo específico de inserção na vida social, marcado pela exclusão integrativa e pela subalternidade (Yazbek, 2001). (YAZBEK, 2001 apud HAMMARSTRÖM; LEMOS; KRONHARDT, 2024).

Nesse contexto, o “ capacitismo é expresso por meio de atitudes intencionais ou não, internalizadas pela sociedade” (LUNARDELLI; KAWAKAMI, 2023, p. 3). Trata-se de uma prática que se manifesta, muitas vezes, de forma insultuosa, seja de maneira direta, por meio do uso de termos pejorativos, olhares ofensivos e afastamento corporal, que de forma velada, disfarçada em comportamentos

considerados protetores ou piedosos, bem como na exaltação expressiva da capacidade de superação das pessoas com deficiência. LUNARDELLI; KAWAKAMI, 2023). Os autores afirmam que o capacitismo é sustentado por práticas discriminatórias que reforçam estigmas e desigualdades sociais.

A efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil enfrenta desafios significativos, evidenciados por dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022. A taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é de 19,5%, contrastando com 4,1% entre aquelas sem deficiência. Além disso, apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluíram o ensino médio, comparando 57,3% das pessoas sem deficiência. No mercado de trabalho em sua maioria é ocupado por pessoas sem deficiência, a participação da força de trabalho é 66,4% e pessoas com deficiência é totalmente inferior sendo, 29,2%, adicionalmente, 55 % das pessoas com deficiência exercem trabalho informal e pessoas sem deficiência 38,7%.

Nesse viés, os dados evidenciam como práticas discriminatórias e capacitastes estão arraigadas na sociedade brasileira, apesar das legislações existentes seus direitos são totalmente violados. As expressões da questão social se revelam por meio da falta de acesso à educação, trabalho formal, salário digno e acesso igualitário conforme preconizado na constituição de 1988. Essa realidade decorre da lógica do Estado neoliberal, que tende a marginalizar e manter sua estrutura sobre esse grupo social. Conforme afirma o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS),

As reformas neoliberais têm grande impacto para a população com deficiência, que enfrenta grandes restrições de acesso à educação formal e ao mercado de trabalho. Assim como barreiras comunicacionais, informacionais, arquitetônicas, urbanísticas e atitudinais, que obstruem sua participação na sociedade e impedem que elas compitam nos termos da “meritocracia” difundida pela cartilha neoliberal. (CFESS, 2025,10)

Dessa forma, o capacitismo se revela na sociedade brasileira de maneira estrutural, ao desqualificar as pessoas com deficiência, como incapazes de estudar, trabalhar, relacionar e ter uma vida considerada “normal”. ‘Essa discriminação se insere profundamente na lógica do capital, que valoriza apenas corpos aptos à produtividade econômica.’ (CFESS,2025), ou seja, esse grupo social são vistos como improdutivos, no processo da reprodução capitalista.

O ideário capitalista produz o capacitismo, na medida em que atribui mais ou menos valor às pessoas em função de sua utilidade para o processo de

acumulação do capital. Assim, é atribuído maior valor a uma pessoa que se adequa ao padrão de funcionalidade considerado ideal. E menor valor àquele que não corresponde a esse padrão. (CFESS,2025, p. 8)

Além disso, há uma infantilização desse grupo social, seja por familiares ou rede escolar que não respeita sua autonomia ou se verem sempre como dependentes. Existem termos e expressões que, de maneira insidiosa, perpetuam e naturalizam falas preconceituosas, muitas vezes disfarçadas de elogios ou comentários aparentemente inofensivos. Como exemplo: “Ele é deficiente, mas é bonito”, “Ele é anormal”, “Retardadinho”, “Estuda em escola de doido”. Esses estigmas carregam uma visão excludente, que reforça padrões de normalidade e marginaliza as pessoas com deficiência. Tais expressões fazem parte de uma cultura de preconceito, amplificada pelo senso comum que limita a inclusão.

O enfrentamento do capacitismo deve pressupor a superação da concepção da deficiência como sinônimo de incapacidade, sobretudo em uma sociedade na qual o valor das pessoas se dá a partir de sua inserção em processos de produção e reprodução de relações sociais. (CFESS,2025, p.6)

Nesse sentido, há uma prática também no Brasil de associar pessoas com deficiência a doença mental, onde prevalece uma visão social, historicamente arraigada que associa a deficiência intelectual a problemas de saúde mental, que vê a deficiência como uma doença e os rotula como “doidos”. Essa perspectiva reflete um preconceito que, além de desinformar, desumaniza, colocando todos nas mesmas categorias estigmatizantes reforçando estereótipos negativos o que implica sua inserção na sociedade.

Ao pesquisar o termo deficiência no Google, nota-se que ele ainda carrega um significado associado às ideias de falha, incompleto ou erro, reforçando os estigmas históricos. Esses paradigmas se refletem em pensamentos de exclusão na perpetuação de uma visão de inferioridade, onde essas pessoas são vistas como incapazes, sendo uma estrutura social que marginaliza e contribui para o preconceito das pessoas com deficiência.

A construção histórica da deficiência é permeada por questões religiosas, biológicas e estigmas, com mudanças graduais dentro do contexto e da evolução da humanidade. Existem ainda permanências culturais carregadas de conteúdos preconceituosos, alimentadas pela sociedade do consumo e da perfeição estética. (Ribeiro e Oliveira,2022, p.155)

Nesse sentido, um avanço significativo foi a proposta de retirada do termo “ portador de deficiência ” conforme PEC nº 25/2017, que prevê a alteração das expressões “ pessoa portadora de deficiência ” ou “ portador de deficiência para “ pessoa com deficiência “. Essa mudança reflete a compreensão de que a deficiência não é algo que uma pessoa “ porta “, mas sim, uma característica que faz parte do sujeito.

Nos dias atuais, as pessoas com deficiência ainda se deparam com diversas barreiras sociais, atitudinais, físicas, econômicas, políticas, que anulam sua condição de sujeito nas relações sociais e lhes privam, principalmente da autonomia de escolha e na participação e no acesso a bens e serviços elementares à vida humana. Mas não se pode negar que o Estado Brasileiro, em parte, avançou na defesa das lutas e dos direitos das pessoas com deficiência. (CFESS,2020, p.14)

Dessa forma, o (CFESS ,2025) reafirma que para a superação do capacitismo depende também da superação das barreiras de preconceitos e da socialidade ir em conjunto nesta pauta, ou seja, “a luta anticapitalista é também uma luta anticapacetista, pois as pessoas com deficiência não serão respeitadas como iguais enquanto a régua que mede o valor de uma pessoa é a da produtividade e da disponibilidade de sua exploração para a geração de capital “. (CFESS,2025, p.10)

Buscando aproximar essa análise do objeto de estudo proposto, a seguir discutiremos a instituição APAE, a instituição que representa o movimento social voltado à inclusão e a defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla no Brasil.

## **2.1 A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) representou um marco importante de acesso a direitos às pessoas com deficiência. A instituição foi criada na cidade do Rio de Janeiro em 1954, com objetivo de promover a proteção e integração das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Reconhecida como uma organização sem fins lucrativos como utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social. A APAE desempenha um papel fundamental no âmbito assistencial, cultural e educacional, sendo vinculada a Federação Nacional das APAES (Fenapaes) uma entidade que representa as APAES, realizando articulações em prol das pessoas com deficiência.

A APAE é uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2.200 mil municípios em todo o território nacional. (APAE BRASIL).

Sendo através “do movimento apaeano, fundamentado na Declaração dos Direitos Humanos, iniciou uma significativa prestação de serviços em educação, saúde e assistência social para aqueles que necessitavam, em toda a extensão do território nacional” (APAE, BRASIL). Nesse sentido, esse movimento alcançou 23.035.726 atendimentos nas áreas de prevenção saúde, educação, assistência social, e inserção no mercado de trabalho, atendendo mais de 1,6 milhão de pessoas e 2.255 unidades no Brasil (APAE, BRASIL). Esse número expressa os avanços de direitos em instituições de apoio à deficiência intelectual e múltipla no acesso à educação.

A APAE é integrada a Federação Nacional das Apaes (FENAPES) sendo uma organização sem fins lucrativos, que é reconhecida como utilidade pública federal sendo filantrópica e beneficente de assistência social educacional, atualmente é composta por mais de 2.200 Apaes e entidades filiadas e 26 Federações estaduais (APAE, BRASIL). Ou seja essa federação é de suma importância para promover e assegurar e articular “e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários”. (APAE, BRASIL).

O surgimento do movimento apaeano foi fundado a partir dos pais e profissionais em busca de promover a desinstitucionalização e viabilizar o acesso ao direito à educação e a vida social das pessoas com deficiência (APAE, BRASIL). Esse movimento emergiu em um contexto histórico marcado pela exclusão social, negligência estatal e inexistências de políticas sociais voltadas para essa população, as famílias enfrentavam uma realidade onde os serviços públicos não supria as necessidades sociais dos filhos que motivou a luta e mobilização dos pais para a criação da primeira APAE. (APAE, Apucarana, 2025).

Dessa forma, esse movimento foi um processo árduo que “ alcançou vários estados brasileiros e contou, na maioria das vezes, com o apoio local de pais, amigos, voluntários, profissionais de várias áreas, empresas parceiras, políticos, líderes comunitários, grupos assistencialistas e instituições religiosas ” (CARNEIRO, 2022, p. 44). Ainda hoje, a APAE permanece sendo uma instituição filantrópica que depende do apoio da sociedade para manter suas atividades.

Em suma, a APAE constitui-se como uma principal instituição em defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Brasil. Sua atuação abrange áreas fundamentais na saúde, educação e assistência social, suprimindo as lacunas deixadas pela ineficiência do estado, a instituição é referência na promoção e inclusão desse grupo social. A APAE tem uma equipe multiprofissional composta por Psicóloga, Assistente social, Terapeuta ocupacional entre outros, que atuam de forma integrada no acompanhamento e processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência.

## **2.2 A ATUAÇÃO DA APAE NO MUNICÍPIO DE MARIANA: SERVIÇOS E POLÍTICAS DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Mariana-Mg foi fundada no município em 30 de Janeiro de 1993, como entidade civil beneficente e sem fins lucrativos, visando " Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de necessidades educativas especiais e à construção de uma sociedade justa e solidária" (APAE MARIANA ,2020), sua atuação abrange as áreas de assistência social, educação, saúde, direitos e apoio às famílias que tem pessoas com deficiência .

A APAE no município de Mariana foi integrada a Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho em 2010, buscando quebrar paradigmas e encontrar alternativas para que os alunos/filhos com deficiência alcancem condições de serem incluídos nos mais variados setores da sociedade com garantia de direitos como qualquer outro cidadão. Promovendo a atenção e o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e necessidades específicas. Segundo a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146/2015 Art. 27, que visa assegurar o acesso à educação inclusiva e o desenvolvimento das pessoas com deficiência, estabelece,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

A APAE exerce um papel fundamental na promoção do direito à educação, oferecendo suporte pedagógico profissional, voltado no desenvolvimento dos alunos ,por meio do atendimento educacional especializado ,implementando estratégias sensoriais cognitivas e intelectuais ,além de atividades lúdicas adaptadas às necessidades específicas de cada aluno " A APAE oferece através de uma equipe multidisciplinar atendimento especializado (reabilitação e educacional) e de assistência social, possibilitando o acompanhamento nas

diversas fases do desenvolvimento, visando a qualidade de vida, respeitando as condições diferenciadas e promovendo a inclusão destas pessoas na sociedade” (SILVA ,2023,p.40) . Na instituição segundo (silva,2023)

São oferecidos serviços educacionais em cima do PPP (Projeto Político pedagógico), sob orientação pedagógica e com autorização de funcionamento de uma escola regulamentada (Escola de Ensino Especial “Izaltino Teodoro de Almeida Filho”) conforme Parecer 632/2010 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, nas modalidades de Educação Infantil (Portaria 07/2010), de Ensino Fundamental (anos iniciais) e a Educação de Jovens e Adultos – Ensino fundamental 41 (1ª a 4ª série), conforme a Portaria 1069/2010 publicada no Jornal Minas de 14/08/2010. (Silva,2023, p.40)

A fundamentação das ações educacionais na APAE deve ser baseada no Projeto Político-Pedagógico (PPP), que regulamenta o ensino da instituição, orientado por metodologias, recursos educacionais para superar as barreiras de exclusão e respeitar os limites de cada aluno. Atualmente, a instituição atende 160 alunos, distribuídos entre os anos iniciais, Ensino Fundamental e o Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto alguns alunos aguardam na fila de espera e frequentam a escola regular até a disponibilização da vaga na APAE. O público principal da escola são crianças e adolescentes encaminhados pela rede de proteção e saúde, neuropediatras, psicólogos e outros profissionais da área específica de cada usuário.

No Brasil, essas crianças e adolescentes são amparados pelo arcabouço jurídico que assegura proteção integral e direitos às pessoas com deficiência, sendo previsto em duas importantes legislações: Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990 e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. De acordo, com o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL,1990)

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição

econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

A APAE exerce um papel essencial na promoção da inclusão e da acessibilidade educacional, sendo a única instituição no município voltada para o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência. Além de garantir um suporte educacional, a instituição também é um importante espaço de lazer e convivência para esses alunos. A equipe da instituição é composta por: 1 presidente, 1 Diretora, 1 Assistente social, 1 Técnico financeiro, 2 Pedagogos, 2 secretárias, 2 Psicóloga (uma cedida pela empresa Século XXI), 21 Professores da rede municipal e 8 Professores da Rede Estadual, 19 Monitores, 1 Enfermeiro, 2 auxiliares de serviços gerais, 12 funcionário da inclusão produtiva, 2 jovens aprendiz, 1 Motoboy, 2 Dentista e 1 auxiliar de saúde bucal ,4 pessoas no telemarketing.

Além do processo pedagógico educacional, a APAE tem Centro de Convivência dedicado aos que já concluíram sua trajetória formal. Esse espaço oferece oficinas didáticas que visam promover e aprimorar as habilidades psicomotoras quanto ao desenvolvimento intelectual dos alunos. As oficinas incluem: Mosaico, Horta, Tapeçaria e Sorvete.

A oficina de Mosaico foi idealizada por uma mãe de um aluno autista ,como iniciativa de trabalhar em conjunto com APAE ,com o objetivo de promover atividades pedagógicas e de desenvolvimento para os alunos .Na qual ,são inseridos em turmas seriadas , a oficina envolve diversas etapas, de cortes, lixamento e separação das cores ,as mães acompanham esse processo juntamente com o professor e monitores .Além disso, a oficina também ajuda na arrecadação de fundos, quando são realizadas as exposições em parceria com a escola.(DUTRA,2023)

A Oficina de Tapetes constitui uma prática didática-pedagógica destinada ao desenvolvimento intelectual, motor e cognitivo dos alunos. Constitui-se como uma das oficinas mais antigas da instituição, na qual os alunos produzem tapetes por meio da amarração de retalhos coloridos. As matérias-primas são obtidas por meio de doações e vão sendo transformadas gradualmente pelos alunos ao longo do processo de confecção (DUARTE,2023).

A Oficina de Horta e Temperos foi instituída por meio do Projeto Vale Valorizar, promovido pela empresa Vale. No âmbito da instituição, há uma horta mantida pelos alunos com auxílio dos professores e monitor, os quais colaboram nas etapas de plantio e cultivo. Após a colheita, as hortaliças são comercializadas e parte da produção é utilizada para fazer temperos, os quais também são vendidos na instituição (DUARTE,2023).

A Oficina de Sorvete é desenvolvida na cozinha da instituição, com acompanhamento e instrução necessária em todo o processo, sendo o planejamento dos ingredientes, até a execução final do preparo, permitindo que os alunos participem de todo o processo. Após o preparo do sorvete produzido, são comercializados no próprio setor da instituição.

Nesse sentido, as oficinas promovidas pela instituição, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento integral dos alunos, ultrapassam além da sala de aula, abrangendo os aspectos motor, intelectual e auxiliando na coordenação motora e autonomia dos alunos. Além de ajudar a gerar recursos para a própria instituição, por meio dos produtos e a sua comercialização.

Todavia, a continuidade dos serviços prestados, especialmente as terapias de reabilitação estão comprometidas na APAE, devido a falta de recursos financeiros, já que a instituição depende predominantemente de doações para se manter. Na qual, o Estado como órgão gestor de direitos deveria assumir um papel mais ativo na instituição, sendo a APAE uma instituição de terceiro setor, acaba sendo precarizada com as limitações de recursos, para atender as demandas dos usuários.

O contexto neoliberal contribui com o processo real de deslocamento do trato da questão social do Estado para o “Terceiro Setor”, o que institui ações pontuais e focalizadas, transferindo para o voluntariado o dever do Estado, em que é empregado um padrão de enfrentamento às sequelas da questão social, tendo por primazia a perspectiva privada (Duarte, Trombini,2013, p.84).

Ademais, o terceiro setor torna-se funcional aos interesses do Estado neoliberal uma vez que se orienta pela transferência de responsabilidade públicas para organizações civis “assim, o papel do “Terceiro Setor” diante da atual conjuntura capitalista visa à redução ou eliminação da intervenção estatal em diversas áreas e atividades” (DUARTE ,TROMBINI ,2013).Essa lógica, colabora

para fragmentação das políticas sociais ,deslocando para instituições privadas e filantrópicas a função que deveria ser do Estado ” em que o Estado tem menos gastos na medida em que não desenvolve políticas sociais universais permanentes e de qualidade” (DUARTE ,TROMBINI ,2013) .

A redução estatal no enfrentamento das sequelas da questão social estimula a ampliação do “Terceiro Setor”, sendo propagada como algo positivo diante do projeto neoliberal, no cometimento do “novo trato à questão social”. O problema se encontra no tipo de resposta oferecido por este “Setor”: ao invés de ser dever de todos e direito do cidadão, transpõe-se agora – a partir da apropriação pelo capitalismo – de valores como a solidariedade, o trabalho voluntário, a ajuda ao próximo (Duarte, Trombini,2013, p.104).

Nesse sentido ,no âmbito municipal, de acordo com (SILVA,2023) “A entidade possui convênio municipal para manutenção das atividades com o repasse de profissionais da educação e saúde, serventes, material, merenda e transporte escolar.” ou seja, transferem os recursos para a continuidade das atividades pactuadas, abrangendo fornecimento da merenda ,transporte escolar ( Van para condução dos alunos) ,energia elétrica e internet .Além disso, disponibiliza funcionários para preencher o quadro profissional .

Âmbito Estadual: Secretaria Estadual de Educação: Repasse de profissionais da Educação. Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social de Minas – SEDESE - Celebração de Convênios e Termos de Fomento. Cemig: Sistema de arrecadação de recursos financeiros para doações por meio da conta de luz. Empresa Vale – Prêmios e projetos com recursos financeiros de iniciativas sociais para a melhoria da saúde e qualidade de vida da instituição. Comunidade e empresas locais: Doações sistemáticas através do setor de doações (Telemarketing). Doações e serviços voluntários da comunidade local e instituições parceiras como Confraria Capim Canela e Cruz Vermelha Brasileira. (Silva, 2013.p 42)

Nesse contexto, o Estado também disponibiliza professores do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e um pedagogo, enquanto os demais profissionais são fornecidos por meios de parcerias de empresas privadas, como SEMEP, Alicerce, Século XXI, 3T, entre outras, que também realizam doações financeira a instituição. Cabe ressaltar, que boa parte que mantém a instituição em si, são parceria com o público-privado por meio de doações e trabalho voluntário.

Entretanto, observa-se que muitos funcionários da instituição mantêm vínculos de contrato de trabalho precários, que têm início em fevereiro e se

encerram no fim do ano, sem continuidade contratual. Esses vínculos, impedem que esses trabalhadores tenham acesso integral aos direitos trabalhistas essenciais, tais como férias remuneradas, seguro-desemprego, estabilidade mínima e outras garantias previstas na legislação.

A instituição realiza bazares, vendas de produtos e tropeiros, além de receber contribuições de estabelecimentos comerciais e segmentos da comunidade, que doam insumos essenciais, como fraldas, leite, brinquedos, produtos de higiene e limpeza em geral. Ademais, destaque-se a equipe de telemarketing que realiza campanha de doação para instituição, estipulando contribuições espontâneas e voluntárias, fundamentais para a continuidade das atividades no setor.

Dessa forma, mesmo diante das dificuldades estruturais e financeiras, a organização consegue, com articulação e mediações superar as barreiras impostas pelas desigualdades sociais e construir estratégias que permitam superar a exclusão social. Na instituição o aluno é considerado parte de um contexto sócio familiar e compreende as fragilidades e vulnerabilidades sociais de suas famílias, para que possa ter acesso aos seus direitos.

### **2.3 REDE DE ATENDIMENTO E CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MARIANA**

Conforme já exposto, a APAE no município de Mariana, configura-se como um importante espaço de aprendizagem, lazer e desenvolvimento para pessoas com deficiência. Além de promover atividades pedagógicas e socioeducativas, a instituição desempenha um papel fundamental na inclusão e desenvolvimento para os usuários. O município conta também com uma rede integrada de serviços e políticas sociais voltadas para pessoas com deficiência, que se articulam nas áreas da saúde, educação, assistência social e projetos socioassistenciais.

A existência de espaços destinados ao acolhimento, à escuta qualificada e ao acesso aos direitos essenciais para famílias com filhos atípicos é de suma importância. Tais espaços devem oferecer não só suporte educacional, mas também assegurar o acesso às políticas públicas sociais, voltadas à inclusão, assistência social e a reabilitação. Para tanto, esses ambientes devem ser

estruturados, de forma a possibilitar o atendimento integral para pessoas com deficiência.

Vale ressaltar, que os espaços socioassistenciais públicos representam conquistas de lutas históricas dos movimentos sociais, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Em muitos casos, as famílias não dispõem de recursos financeiros para arcar com atendimentos privados, o que reforça a importância de políticas públicas de qualidade e ampliação desses serviços que são essenciais para as famílias atípicas.

No âmbito da assistência social, os CRAS e o CREAS acompanham as famílias em situação de desproteção social, oferecendo apoio psicossocial, acesso aos programas de transferência de renda, inclusão social e inserção nas atividades comunitárias. (BRASIL,2011), sendo também realizadas parcerias com entidades locais que atuam diretamente no atendimento de pessoas com deficiência, fortalecendo a rede de proteção social.

Além da atuação da APAE, o município de Mariana conta com outras instituições voltadas para pessoas com deficiência, como a Figueira. Fundada em 1990, a Figueira é vinculada à Fundação Marianense de Educação, e foi criada por iniciativa do Arcebispo da época, Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que desenvolve atividades voltadas à inclusão e atendimento voltadas às pessoas com deficiência (MARQUES,2021) , "a instituição funciona conta com cerca de 20 profissionais e 66 educandos, com idades variáveis da infância à idade adulta " (MARQUES,2021,p.26).

Desde a sua inauguração até o ano 2016, o Centro de Apoio se configurava unilateralmente enquanto a instituição pertencente ao chamado terceiro setor, sem fins lucrativos, vinculado ideologicamente a igreja católica e fundamentada em valores morais cristãos (MARQUES,2021). Essa lógica é voltada aos interesses do Estado neoliberal, que transfere sua responsabilidade social do poder público para a organização civil.

De acordo com Marques (2021, p.27), " a Comunidade da Figueira possui um convênio com a Prefeitura de Mariana, o que lhe confere um repasse anual de quantia do fundo público municipal. Neste fundo, observa-se que o recurso público alocado na instituição não é suficiente para manter a integralidade do serviço. " Durante a vivência no campo de estágio, em uma visitada a comunidade da

Figueira, foi possível constatar que a entidade carece de limitações estruturais e do poder público. Além disso, observou-se, a carência na falta de profissionais para atender às múltiplas demandas das pessoas com deficiência atendidas, além de não ter espaços adequados, especialmente para acolher aqueles em condições de maior necessidade.

Nesse contexto, destaca-se que o principal objetivo da instituição é possibilitar o acesso e o acolhimento integral às pessoas com deficiência oferecendo atendimentos especializados, tais como terapia ocupacional, psicologia, assistência social, fisioterapia e enfermagem, considerando que o município carece de espaços voltados para esse público. Como afirma Comunidade da Figueira (2019)

Nosso principal objetivo é o acolhimento, de forma integral, à pessoa com deficiência. Buscamos favorecer uma melhor condição de vida para cada atendido através de atividades que estimulem o despertar dos aspectos cognitivos, motores e afetivos. Isso por meio de trabalhos didáticos, treinamento das atividades da vida diária e capacitação para a realidade social (Comunidade da Figueira,2019).

Além disso, o município dispõe de um outro espaço, voltado para o atendimento de pessoas com deficiência que oferece o serviço de equoterapia : O Centro de Equoterapia Pequeno Arthur .Este espaço é mantido pela Prefeitura de Mariana, por meio da Secretaria de Saúde, e tem como objetivo promover a reabilitação e desenvolvimento dos usuários .A equoterapia é um método terapêutico que utiliza cavalos para auxiliar no desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo das pessoas com deficiência, estimulando o desenvolvimento da mente e do corpo (VIANA,2021). A autora destaca-se como é o processo,

Todos os interessados passam por avaliação médica, fisioterápica e psicológica antes de serem encaminhados para o serviço e, se estiverem aptos, poderão participar da reabilitação. O método oferece diversos benefícios para o praticante e o insere em um ambiente diferente do que está habituado, além de levar autonomia e bem-estar para o indivíduo. As atividades contam com uma equipe multidisciplinar com médicos, fisioterapeutas, pedagogos, auxiliar-guia, profissionais com formação em desenvolvimento infantil, equitador e psicólogos, promovendo um acompanhamento completo e eficaz. (Viana,2021).

Adicionalmente, tem-se o Centro de Especialidades em Fonoaudiologia (CEFON), sendo um espaço especializado em Fonoaudiologia, que oferece atendimento para paciente que tem dificuldades relacionadas com a fala, audição e deglutição. De acordo com a prefeitura de Mariana (2022)

O atendimento é realizado por meio de encaminhamento das unidades básicas de saúde do município e, a partir de agora, a especialidade passa a ter uma sede, oferecendo os serviços de reabilitação e saúde auditiva com mais conforto aos usuários. (Prefeitura de Mariana,2022)

Em suma, esses espaços representam um avanço para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, especialmente daqueles que enfrentam dificuldades financeiras e condições socioeconômicas precárias que impossibilitam o custeio de terapias privadas. Essas conquistas, também são fruto da atuação da Associação das Pessoas com deficiência de Mariana (ADEM), entidade que desempenha papel fundamental na construção e no fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão e a acessibilidade. A ADEM, ao longo de sua trajetória, tem buscado o acesso aos direitos fundamentais para pessoas com deficiência, após anos de atuação, a associação obteve o reconhecimento oficial como entidade de utilidade pública, conforme estabelecido no Projeto de Lei n 3/2019 art 1º. declara,

PROJETO DE LEI Nº 3//2019 Declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana-AD Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana-ADEM, com sede nesta cidade de Mariana-MG, inscrita no CNPJ sob o número 32.455.287/0001-30. (Mariana,2019)

Diante do exposto, é importante destacar que o papel da sociedade civil como a Associação das Pessoas com Deficiência, torna-se fundamental, em muitos casos, que os direitos dessas pessoas são negligenciados ou mesmo negado pelo Estado, seja pela ausência de políticas sociais específicas, seja pela precariedade das implementações da Leis. Nesse sentido, a associação assume um papel de reivindicar os direitos das pessoas com deficiência e na formulação das propostas para acessibilidade no município de Mariana. Conforme reafirma, Marques (2021).

São expressivas as características que o município apresenta nos últimos anos, diante das normativas, recursos e percebe-se que há grandes lacunas no que concerne atendimento à pessoa com deficiência através

dos serviços públicos em Mariana, apontado o papel que terceiro setor tenta cumprir no que tange aos direitos e as demandas das pessoas com deficiência e do seu núcleo familiar, que não são, na maioria das vezes, assegurados pelo Estado a partir dos serviços ofertados pela assistência social. (Marques, 2021, p.29).

## **2.4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: INTERVENÇÕES PROFISSIONAIS NO CAMPED E NA APAE DE MARIANA**

O estágio supervisionado e obrigatório no serviço social constitui um processo fundamental para a formação sendo regulamentado pela Lei LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 e pela Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Essa etapa tem como objetivo principal possibilitar aos discentes a articulação entre teoria e prática, tendo a compreensão crítica da realidade social, fundamentada por valores éticos, políticos da profissão. Conforme reafirma a ABEPSS (2010)

outro princípio diz respeito à articulação entre Formação e Exercício Profissional, expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais e fomenta a construção/socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais. (ABEPSS, 2010, p. 13).

O estágio supervisionado no serviço social possui duração de três semestres, totalizando uma carga horária de 160 horas em cada período. Durante esse processo formativo, foi possível desenvolver competências e habilidades fundamentais para o exercício profissional, tais como escuta qualificada, a elaboração de documentos técnicos, a atuação interdisciplinar e o enfrentamento de demandas complexas que emergem do cotidiano de trabalho do assistente social.

Nesse contexto, em 2021, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) deu início ao projeto da clínica de Reabilitação para Pessoas com Deficiência, por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com

Deficiência (PRONAS). Esse programa, foi instituído com a duração de dois anos, teve como objetivo promover o acesso às terapias de reabilitação para pessoas com deficiência, por meio de atendimentos especializados e multiprofissionais. De acordo com Nepomuceno (2023),

o projeto tem como intento captar e canalizar recursos destinados a estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência, incluindo-se promoção, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e indicação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida. Além da manutenção das capacidades funcionais e cognitivas, por meio da implantação de novas terapias e ampliação do atendimento. (Nepomuceno,2023, p.45)

Sob essa perspectiva , o ingresso dos usuários nos atendimentos de reabilitação era realizado após a avaliação pela equipe multiprofissional ,seguida de um estudo de caso, com objetivo de identificar as especificidades de cada aluno, eram priorizados os casos com maiores comprometimentos neurológico e físicos ,como paralisia cerebral, síndromes raras e transtorno do espectro autista (TEA) (NEPOMUCENO ,2023), .A maior parte dos usuários atendidos eram alunos da APAE ,que realizavam terapias nos períodos de intervalos das aulas. No entanto, devido a alta demanda e a limitação de atendimentos, muitos permaneciam na fila de espera, o acesso a clínica também ocorria por meio da articulação com a rede pública de saúde e encaminhamento realizados por outros profissionais especializados. Sendo a equipe composta,

A equipe multidisciplinar da clínica é composta por 6 técnicas, 1 coordenadora administrativa e 1 auxiliar de serviços gerais. São: 1 Assistente Social, 1 Fonoaudióloga, 1 Fisioterapeuta, 1 Psicóloga, 1 Nutricionista e 1 Terapeuta Ocupacional. Quanto aos atendimentos, de acordo com o projeto apresentado, cada vaga dá ao paciente o direito de ter 3 atendimentos em terapias diferentes, sendo assim realizado o acompanhamento multidisciplinar 47 do mesmo. Os atendimentos aos usuários na Clínica de Reabilitação Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência acontecem semanalmente e com no máximo três profissionais, como foi solicitado no projeto. (Nepomuceno,2023,p.47)

Portanto, esse projeto representou um grande avanço no acesso de atendimento especializados para pessoas com deficiência, auxiliando na reabilitação e desenvolvimento das habilidades funcionais e cognitivas dos usuários, entretanto, o projeto encerrou após dois anos de suas atividades,

conforme foi previsto pela proposta inicial. Essa descontinuidade, evidência uma fragilidade nas políticas de saúde, sobretudo em uma demanda que é contínua e crescente dos usuários.

A primeira etapa do estágio supervisionado foi desenvolvida no Centro de Assistência Multidisciplinar à Pessoa com Deficiência (CAMPED), vinculado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Mariana. Nesse espaço iniciou o processo de estágio em 2023, no campo de atenção à pessoa com deficiência. A implantação do CAMPED ocorreu em continuidade dos serviços anteriormente realizados pelo Projeto PRONAS, que encerrou suas atividades no início do mesmo ano.

A equipe técnica da clínica era composta por uma 1 Assistente social , 1 Psicóloga , 2 Fisioterapeuta , 1 Terapeuta ocupacional, 1 auxiliar administrativo e 1 auxiliar de serviços gerais .A clínica funcionava de segunda a sexta-feira ,das 07h às 19h ,em um espaço físico localizado dentro das dependências da APAE de Mariana .O local contava com algumas salas adaptadas para a realização das atividades terapêuticas, possibilitando acessibilidade e condições de atendimento para as atividades propostas.

Nesse sentido, as equipes multidisciplinares trabalham de forma integrada e coordenada para oferecer um suporte alinhado com os princípios estabelecidos pela legislação e pelos direitos das pessoas com deficiência. Conforme o Art.14 da Lei nº13.146/2015, é assegurado a essas pessoas o direito à habilitação e à reabilitação, como parte fundamental da inclusão e autonomia.

O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL,2015)

Os atendimentos prestados na clínica eram destinados, prioritariamente, aos alunos regularmente matriculados na APAE do município de Mariana. Contudo, o serviço também contemplava o atendimento ao público externo, encaminhado pela junta reguladora do município, assim como a ex-alunos que frequentaram o projeto PRONAS. Adicionalmente, a clínica recebia paciente encaminhados pelo Centro de Referência em Reabilitação (CER), sendo exigido

que o acompanhamento ocorresse em apenas uma unidade de referência com o intuito de não comprometer a continuidade do processo de reabilitação do usuário. Ressalta-se que, em função da limitação dos números de vagas disponíveis, alguns usuários permaneciam na fila de espera, dado que a demanda ultrapassa a capacidade de atendimento ofertado pela instituição.

A maior parte dos usuários que foram atendidos pela clínica, era composto por alunos da APAE de Mariana, representando 47% do total, pacientes externos correspondiam a 16% dos atendimentos realizados. Entretanto, observou que 37 % dos usuários ficaram na fila de espera, sendo 14 % alunos da própria instituição e 23% pacientes externos. Nesse sentido, o público atendido era formado em sua maior parte por crianças e adolescentes com idade entre 1 e 12 anos. Diante da insuficiência de vagas para atender integralmente a demanda, parte dos usuários era encaminhado ao Centro Especializado em Reabilitação (CER), localizado no município de Itabirito.

A seleção dos usuários na lista de espera era realizada com base na data de cadastro, associada a critérios técnicos estabelecidos pela equipe multiprofissional responsável. Esses critérios que consideravam, a especificidade da patologia apresentada por cada usuário e também a questão socioeconômica, dê modo a garantir maior equidade na priorização dos atendimentos. No município, o CAMPED era a única clínica de reabilitação voltada às pessoas com deficiência, concentrando uma demanda elevada, devido à falta de profissionais disponíveis e pela estrutura limitada.

A equipe multidisciplinar atuava conjuntamente com as famílias e os usuários, considerando a complexidade e a totalidade das suas realidades, especialmente o desgaste emocional e o cansaço vivenciados pelos cuidadores, decorrentes das debilidades físicas e comprometimentos severos apresentados por alguns usuários. Dessa forma, o Serviço Social da clínica desempenhava um papel fundamental ao viabilizar suporte às famílias, por meio do encaminhamento dos casos para atendimentos e acompanhamentos especializados, conforme as necessidade identificadas. A autora Yamamoto afirma,

Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em sua relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas. (Yamamoto, 2008, p.5)

Nessa perspectiva, os atendimentos realizados pela clínica tinham como enfoque a promoção da saúde e a assistência integral aos usuários, abrangendo tanto as demandas internas quanto externas. Os atendimentos internos eram direcionados aos alunos da APAE, vinculados à Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho. Enquanto, os atendimentos externos contemplavam crianças e adolescentes encaminhados por diferentes serviços da rede de proteção, tais como o Centro Especializado em Reabilitação (CER), neuropediatras, neurologistas ou outros especialistas.

As especificidades dos usuários atendidos pelo CAMPED, sejam relacionadas a comprometimentos neurológicos, intelectuais ou físicos, bem como as comorbidades associadas à deficiência, evidencia que cada indivíduo tem suas particularidades e requer intervenção específica. Nesse contexto, a clínica desempenhou um papel fundamental no processo de reabilitação das pessoas com deficiência promovendo avanços significativos na vida dos usuários. Ademais, a instituição proporcionou acesso às terapias para as famílias, que não dispõem de recursos financeiros para custear o tratamento, muitas das quais estavam em situação desproteção social, sendo em sua maioria, compostas por mães solo.

Cabe ressaltar, que o projeto anteriormente desenvolvido por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, foi encerrado devido a falta de recursos financeiros, o que inviabilizou sua continuidade. Diante dessa conjuntura, a criação do Centro de Atendimento Multiprofissional Especializado em Deficiência (CAMPED), representou uma nova iniciativa no âmbito municipal, sendo viabilizada com recursos provenientes da Prefeitura Municipal de Mariana, conforme previsto Lei n ° 3.714, de 30 de Junho de 2023.

Art .1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder transferência de recursos na modalidade subvenção social à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mariana - APAE, na forma do art. 12, § 3º, inciso I da Lei nº 4.320/64 e conforme art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, destinada a financiar despesas de custeio para manutenção das atividades administrativas e estatutárias da entidade afim de subsidiar o Centro de Assistência Multidisciplinar à pessoa com deficiência no valor total de R\$ 636.612,62 (seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e doze reais e sessenta e dois centavos) por 12 (doze) meses.(MARIANA,2023).

A clínica permaneceu em funcionamento por um período de dois anos, sendo posteriormente fechada. Durante esse período, no contexto do estágio tive a oportunidade de acompanhar tanto a abertura e o encerramento das atividades do CAMPED. O estágio realizado na clínica, permitiu o contato direto com as histórias de vida dos usuários, promovendo uma aproximação significativa com a prática profissional e enriquecendo meu aprendizado com a compressão das realidades sociais enfrentadas pelos usuários.

Outrossim, a APAE e o CAMPED atuaram de forma articulada na inclusão das pessoas com deficiência, buscando proporcionar um ambiente acolhedor e adaptando o espaço as suas necessidades. Mesmo diante de recursos financeiros limitados, a instituição dispunha de equipamentos e materiais essenciais, como cadeiras de rodas, monitores e recursos pedagógicos que auxiliavam nas atividades educativas.

As experiências relatadas pelos pais, evidenciam que o CAMPED promoveu melhorias significativas na qualidade de vida de seus filhos, possibilitando avanços notáveis no desenvolvimento motor e intelectual. Durante os atendimentos, os pais relataram as dificuldades para acessar os serviços terapêuticos especializados, especialmente após o encerramento do programa PRONAS, o que impactou negativamente no processo de reabilitação dos usuários, muitos pacientes que apresentaram progressos nas áreas como fala, locomoção, cognição tiveram o acompanhamento interrompido, comprometendo a continuidade do desenvolvimento alçando pelas terapias.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da continuidade da atividade na clínica, uma vez que esta representa a única no município voltada especialmente ao atendimento de pessoas com deficiência.

A experiência de estágio na APAE evidenciou a importância do debate sobre o cuidado exercido por mulheres a partir da maternidade atípica. No próximo capítulo nos dedicamos à pesquisa desenvolvida.

### 3 MATERNIDADE E OS IMPACTOS PARA AS MÃES DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA

As famílias com filhos com deficiência vivenciam múltiplas dificuldades relacionadas ao cuidado e acesso aos direitos assegurados legalmente. Esses desafios não se limitam apenas às dimensões econômica e social, mas refletem um conjunto de barreiras institucionais, burocráticas e culturais na inclusão e proteção de pessoas com deficiência. Essas famílias são atravessadas por diversas expressões da questão social, que são manifestadas pela pobreza, desproteção social, a desigualdade, o desemprego, a marginalização social, contribuindo para a sobrecarga diária das famílias, que muitas vezes assumem responsabilidades que é dever do Estado. Conforme afirma, (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020, p. 209).

A questão social brasileira, nos contraditórios tempos presentes, assume configurações e expressões que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho —, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos (YAZBEK; RAICHELIS; SANT'ANA, 2020, p. 209).

No cenário brasileiro, as expressões da questão social configuram-se de forma estrutural e multifacetada marcada por desigualdades entre classes sociais antagônicas, a ausência de redes de apoio estruturadas às mães de filhos com deficiência, em sua maioria mães solo, evidência uma lacuna nas políticas sociais e no auxílio destinado a essas famílias. A falta de suporte se manifesta, nas limitações ao acesso a terapias, atendimentos especializados, educação inclusiva, serviço de saúde, moradia adequada e equipamentos essenciais para auxiliar nos cuidados, medicamentos, entre outros. Muitas dessas demandas são negligenciadas pelo estado, na qual reforça a desigualdade estrutural e evidencia a falta de acesso e limitações para pessoas com deficiência.

Nesse viés, o cuidado tem sido historicamente atribuído às mulheres, na qual assumem majoritariamente a responsabilidade pelo cuidado dos filhos com

deficiência, tornando-se as principais cuidadoras .As mães atípicas enfrentam desafios cotidianos relacionados, à dedicação integral ao cuidado ,medo e solidão , jornadas exaustivas e dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho , altos custos com medicamentos ,insumos, bem como a ausência da rede de apoio que auxiliam nesta jornada .Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser apenas uma expressão do vínculo materno e passa a configurar-se como um trabalho contínuo ,gerando impactos físicos e emocionais no contexto familiar.

Dessa forma, evidencia-se a importância da Política Nacional de Cuidados, instituída em 2023 por meio da Lei nº 15.069 , a qual se representa um marco fundamental na organização voltada ao cuidado no Brasil , Conforme estabelece a lei ,” quem necessita de cuidados deve ter acesso a serviços de qualidade ,independentemente de sua origem ou renda familiar ” ,ao passar que ,”quem cuida deve poder fazê-lo, sem sobrecarga ou prejuízos à sua autonomia social ,política e econômica” (BRASIL,2024).

A política deve ser estruturada a partir da elaboração e implementação de um plano capaz de oferecer suporte adequado, com o objetivo de reconhecer, valorizar e fortalecer o trabalho do cuidado, especialmente aquele desempenhado por mães de filhos com deficiência, que frequentemente enfrentam a sobrecarga e não tem reconhecimento social, assegurando:

I - garantir o direito ao cuidado, de forma gradual e progressiva, sob a perspectiva integral e integrada de políticas públicas que reconheçam a interdependência da relação entre quem cuida e quem é cuidado;

II - promover políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado com qualidade para quem cuida e para quem é cuidado;

III - promover a implementação de ações pelo setor público que possibilitem a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares relacionadas ao cuidado. (BRASIL,2024).

### 3.4 VIVÊNCIAS, DESAFIOS COTIDIANOS DE MÃES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELA APAE DE MARIANA

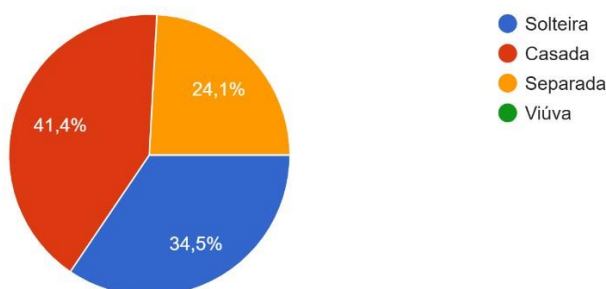
O presente capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, aplicada via Google Forms, cujo objetivo principal foi compreender as dificuldades e limitações de acesso enfrentadas por mães que têm filhos com deficiência. Considerando que essas mulheres desempenham um papel fundamental no cuidado, na proteção e na defesa dos direitos de seus filhos, o estudo buscou analisar os desafios relacionados à inclusão social e às limitações de recursos enfrentadas pelas mães atípicas, especialmente aquelas atendidas pela APAE de Mariana.

A coleta de dados foi realizada por meio do questionário estruturado, aplicado de forma online, com participação voluntária das mães, garantindo o sigilo das informações fornecidas. Considera-se que a construção do conhecimento depende da relação estabelecida entre o sujeito e o objeto de estudo, sendo por meio dessa interação que ocorre a interpretação da realidade social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A partir das respostas obtidas, procedeu-se à organização e análise dos dados que serão apresentados subsequentes.

A pesquisa foi realizada com 30 mães que têm filhos com deficiência e são atendidas pela APAE em Mariana, evidenciou diferentes configurações familiares entre aquelas que assumem a principal responsabilidade pelos cuidados dos filhos. Observou-se que a maior parte das participantes é composta por mulheres casadas (39,3%), seguidas por mães solo (35,7%) e mães separadas (25%).

2-Estado civil:

29 respostas



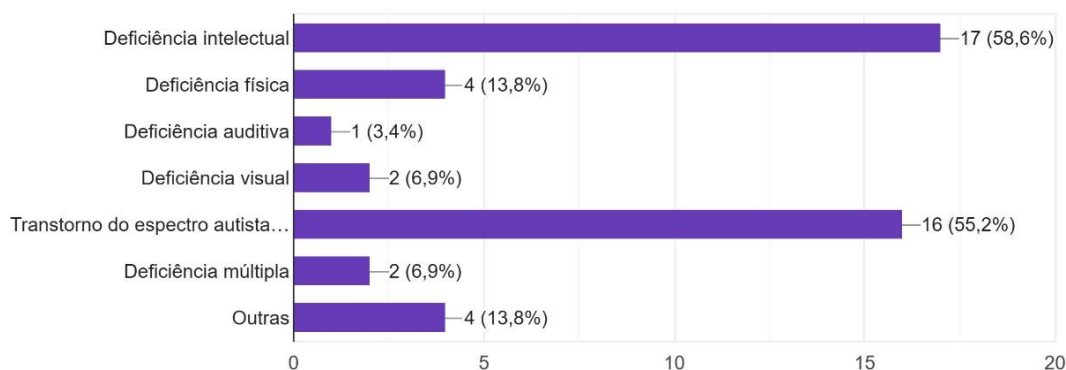
Os dados indicam que 58,6% das famílias que responderam ao formulário cuidam dos filhos sem o outro genitor no mesmo domicílio. Além disso, 53,6% das mães possuem mais de um filho, sendo que, em alguns casos, outros filhos também apresentam deficiência, o que indica um aumento das demandas físicas, emocionais e financeiras no contexto familiar.

Observa que embora nos dias de hoje haja uma maior divisão do cuidado entre os membros da família, esse ainda é centrado na mãe, que além de dispensar cuidados aos familiares e ao lar, necessita também estar em constante vigilância para atender as necessidades do filho e as suas demandas decorrentes da sua condição, podendo esse acúmulo de demandas serem disparadores ou responsável por uma condição de instabilidade física e emocional para essa mãe (GUERRA,2014,p .94)

Em relação ao tipo de deficiência a pesquisa evidenciou que a maior concentração de crianças e adolescentes com deficiência intelectual (58,6%) entre os atendidos pela APAE, seguida de deficiência física (13,8%), múltipla (6,9%) e auditiva (3,4%), além de outros tipos de deficiência (13,8%), evidencia a complexidade das demandas enfrentadas pelas famílias.

5-Qual é a deficiência do seu filho? (Você pode marcar mais de uma opção)

29 respostas



Essa diversidade de condições impõe desafios significativos no cuidado, na educação, no acompanhamento terapêutico e no suporte social, exigindo maior suporte das mães em adaptar recursos para atender às necessidades de cada filho.

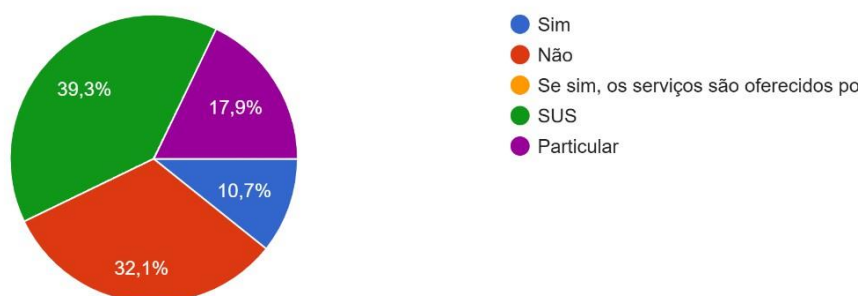
As mães atípicas enfrentam múltiplas dificuldades relacionadas ao cuidado e ao acesso a recursos e serviços necessários ao desenvolvimento de seus filhos. A pesquisa revela que 55,2% das famílias contam com algum tipo de suporte seja

ele familiar, institucional ou, em alguns casos, por meio de serviços particulares. Entretanto, esse apoio concentra-se majoritariamente no núcleo familiar, reforçando a responsabilização da mulher como principal cuidadora e evidenciando a necessidade de espaços estruturados de socialização para acolher pessoas com deficiência.

No âmbito institucional, foram mencionadas a APAE, a Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana (ADEM), que desenvolve ações voltadas ao "cuidar de quem cuida", o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSiJ) e a Clínica CER, localizada em Itabirito, que oferece atendimentos especializados às pessoas com deficiência. Em relação, ao acesso aos serviços de reabilitação, 39,3% das participantes afirmaram utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS) como principal meio para realização das terapias.

8 -Seu filho tem acesso a serviços de reabilitação?

28 respostas



Entretanto, 32,1% das participantes relataram que seus filhos não têm acesso a nenhum tipo de terapia, porcentual que evidencia uma lacuna significativa na oferta desses serviços, cuja ausência ou descontinuidade do acompanhamento das terapias, compromete o processo de desenvolvimento, uma vez que a interrupção por longos períodos pode ocasionar prejuízos nas dimensões cognitiva e motora, dificultando a evolução dos pacientes.

Para Yamamoto (2009), "as desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais". A autora afirma, que a desigualdade não se restringe ao campo econômico, mas estrutura a forma como os direitos são materializados ou negados no cotidiano. Nesse contexto, a dificuldade de acesso às terapias de reabilitação, a insuficiência de

profissionais, as longas filas de espera, os altos custos das terapias na rede privada e a necessidade de deslocamento a outros municípios para realização das consultas, configuram-se como entraves ao acesso às políticas sociais, evidenciado que estas são moldadas por estruturas que reproduzem a desproteção social.

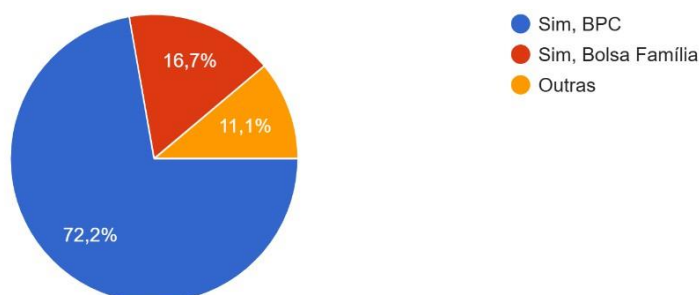
Além disso, o município de Mariana não conta com uma clínica especializada para o atendimento de pessoas com deficiência, tampouco apresenta profissionais suficientes para compor uma equipe multiprofissional capaz de atender às complexidade das demandas existentes na APAE. A ausência das terapias que devem ser oferecidas pelo governo, impõe barreiras de acessos a essas mães que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde para garantir o acompanhamento das terapias aos filhos.

Cabe ressaltar ainda que usuários são encaminhados ao Centro Especializado em Reabilitação em Itabirito, o que gera desgaste emocional e físico para as essas famílias devido ao tempo de deslocamento. Os relatos das mães apontam que, mesmo com os laudos e relatórios médicos que comprovam a necessidade de acompanhamento contínuo, o acesso às terapias ocorre a cada quinze dias, sendo suspenso ou interrompido, retornando ao final da fila. Portanto, a descontinuidade no acesso às terapias configura um processo de negação de direitos, impactando diretamente na qualidade de vida para seus filhos e no processo de reabilitação.

O cenário de insuficiência de políticas públicas evidenciado até aqui é agravado ainda pela falta de acesso ao BPC e outras políticas de transferência monetária conforme o gráfico abaixo indica.

7. Você tem acesso a programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) o Bolsa Família?

18 respostas

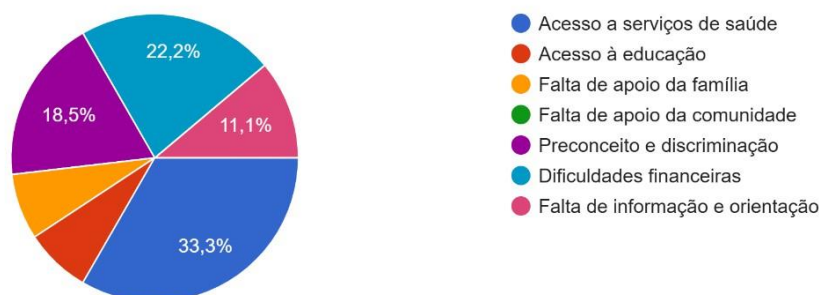


Conforme o gráfico evidencia, das respondentes 60% têm acesso a algum programa de transferência de renda, entretanto, entre aquelas que não acessam o BPC indicam que não se enquadram nos critérios de renda. O BPC tem o valor equivalente a uma salário-mínimo e para ser contemplada a renda per capita da família deve ser de no máximo  $\frac{1}{4}$  desse valor o que atualmente significa R\$405,00. Muitas dessas mães não têm acesso ao benefício do Bolsa Família nem ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), por ultrapassarem os limites de renda estabelecidos para a concessão desses benefícios. Diante desse contexto, são obrigadas a trabalhar para suprir as necessidades básicas, como alimentação, medicamentos, terapias e aluguel. Tal realidade, evidencia a fragilidade das políticas públicas, uma vez que essas ficam sobrecarregadas com a responsabilidade financeira e do cuidado com os filhos.

Tal cenário é corroborado pelos relatos das participantes, que afirmam não receber apoio suficiente da Prefeitura Municipal de Mariana para o cuidado de seus filhos com deficiência.

15-Quais são os maiores desafios ou dificuldades que você enfrenta ao cuidar do seu filho?

27 respostas



As mães atípicas descrevem múltiplas dificuldades no cotidiano, marcada por barreiras no acesso à saúde, educação e limitação de vagas escolares, dificuldade de deslocamento no município, além das vivências de preconceito na sociedade. As participantes destacam dificuldades na educação inclusiva, como escolas que só oferecem ensino em meio período, a ausência de atividades no contraturno que possam auxiliar as mães para trabalhar.

Nesse sentido, a APAE configura-se como um espaço, em que muitos alunos ainda conseguem acessar algumas terapias, como atendimento psicológico e fisioterapêutico ofertadas no âmbito escolar. Contudo, observa-se a necessidade de investimento público, na ampliação da infraestrutura e contratação de profissionais especializados, tendo em vista a insuficiência de recursos financeiros, haja visto que a escola se mantém por práticas caritativas. Destaca-se ainda, a ausência de uma clínica de reabilitação integrada que atenda adequadamente os alunos, ampliação da equipe multidisciplinar e a espaços de convivência desses alunos.

Em suma, a pesquisa evidencia a existência de um conjunto complexo de questões estruturais que ultrapassam os âmbitos da saúde e da educação, impactando diretamente a realidade das mães que assumem o cuidado integral do seu filho. Essas mulheres, enfrentam desgaste físico e emocional, na constante luta para garantir que seus filhos tenham acesso a serviços e recursos adequados. Conforme afirma uma das participantes:

A escola não conta com a infraestrutura necessária para oferecer os melhores cuidados e falta continuidade na clínica com atendimentos especializados. Tudo seria resolvido com maior investimento do poder público municipal.

O extrato de resposta da participante da pesquisa evidencia que nesse contexto, as políticas públicas são negligenciadas pelo Estado, especialmente devido aos altos custos das terapias especializadas e na contratação de profissionais qualificados. Ademais, a insuficiência de recursos para a manutenção de instituições públicas e setores filantrópicos faz com que a responsabilidade pelo cuidado e acesso dos filhos seja transferida para o âmbito privado e familiar, principalmente para as mães que assumem o principal papel de cuidadora.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade. (IAMAMOTO,2009, p.11)

Inseridas nesse contexto, as mães cuidadora de filhos com deficiência vivenciam de maneira concreta essas contradições sociais, uma vez que assumem totalmente a responsabilidade pelo cuidado pelo filho e enfrentam diariamente dificuldades no acesso e na efetivação dos direitos sociais de seus filhos. Essa sobrecarga das mães cuidadoras evidencia a importância da política de cuidados promulgada em 2025 e da urgência da criação de planos para sua implementação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do Assistente Social se insere nas contradições próprias da sociedade capitalista, sendo permeada por conflitos de interesses que se expressam na disputa entre projetos societários distintos. As múltiplas expressões da questão social, como a pobreza, desemprego, precarização do trabalho e as diversas formas de violação de direitos, resultam nas desigualdades estruturais produzidas pelo modo de produção vigente. O profissional deve ter uma postura crítica e fundamentada teoricamente, que possa ir além de respostas imediatas e assistencialistas. Conforme afirma Iamamoto (2008)

Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relação com o

bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas. (IAMAMOTO,2008, p.5)

“O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais.” (IAMAMOTO,2008, p.12) . Nesse sentido, a intervenção do Assistente Social deve orientada pela compressão da realidade social, articulando as demandas individuais e as determinações estruturais que as condicionam, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que a necessidade e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização na defesa e ampliação dos seus direitos (IAMAMOTO,2008)

A construção desta pesquisa teve início a partir da vivência no campo de estágio, sendo um espaço fundamental para a formação profissional e para contato direto com a realidade social. A aproximação com a prática cotidiana, articulada aos referenciais teóricos, bibliográficos, possibilitou a análise do contexto sócio-histórico das pessoas com deficiência. Além disso, a pesquisa realizada com as mães atípicas, foi possível identificar e analisar as principais problemáticas enfrentadas por essas mulheres, evidenciando os desafios sociais, familiares e principalmente a falta de acesso as proteções sociais.

A pesquisa evidencia que os desafios vivenciados por essas mães vão além do cuidado diário, configurando uma sobrecarga física, emocional e econômica que recai, de forma predominantemente sobre a figura materna. Essa sobrecarga é intensificada por barreiras estruturais, sociais e econômicas, bem como pela fragmentação e insuficiência das políticas sociais. Ademais, a recorrente negligência aos direitos dessas mulheres, que se deparam com as restrições no acesso de seus filhos aos serviços essenciais, evidencia que a falta de acesso aos direitos garantidos na constituição, tem uma lacuna muito grande entre o que é garantido e o que é vivenciado na realidade

Dessa forma, a trajetória sócio-histórica da pessoa com deficiência é marcada pelo um processo contínuo de exclusão, negação de direitos, preconceito, refletindo nas desigualdades estruturais enraizadas na sociedade e a

insuficiência de políticas sociais. A dificuldade de acesso a essas políticas somadas a fragmentação da política pública, evidencia que as pessoas com deficiência muitas vezes dependem de iniciativas de caráter assistencialista caritativos para suprir as necessidades básicas.

Portanto, esta pesquisa foi fundamental para trazer os embates das mães que filhos com deficiência, evidenciando os desafios diários e sua realidade social. Além disso, é possível evidenciar que, embora haja avanços nas políticas sociais, ainda existem lacunas na proteção e inclusão social dessas famílias.

## REFERÊNCIAS

**ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.** Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. DF: ABEPSS, 2010.

**APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARIANA.** Disponível em: <https://mariana.apaemg.org.br/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

**APAE APUCARANA.** A história das APAES no Brasil e sua importância: origem e fundação das APAES no Brasil. Disponível em: <https://apaeapucarana.com.br/a-historia-das-apaes-no-brasil-e-sua-importancia/>. Acesso em: 22 set. 2025.

**APAEBRASIL – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES.** Quem somos. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

**BASSI, Liana.** Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e a luta anticapacitista. CRESS-PR, 2023. Disponível em: <https://cresspr.org.br/2023/09/21/o-dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia-e-a-luta-anticapacitista-por-liana-bassi-assistente-social-e-coordenadora-da-seccional-de-londrina/>. Acesso em: 22 set. 2025.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 set. 2025.

**BRASIL.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD Contínua Pessoas com Deficiência 2022. IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>.

**BRASIL.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>.

**BRASIL.** Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 30 set. 2025.

**BRASIL.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

**BRASIL.** Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 8 fev. 2026.

**BRASIL.** Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm).

**BRASIL.** Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

**BRASIL.** Lei n. 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm). Acesso em: 8 fev. 2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA (MG).** Projeto de Lei nº 91/2019. Disponível em: <https://www.camarademariana.mg.gov.br/download/legislativo/documento/2020.02.0019746/projeto-de-lei-n-91-2019/>.

**CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.** Assistente Social no Combate ao Preconceito – Caderno 7: Capacitismo. Brasília, 2020.

**CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.** Série Assistente Social no Combate ao Preconceito – Caderno 9: Capacitismo. Brasília, 2025.

**CFESS; ABEPSS.** Política Nacional de Estágio. Curitiba: CFESS, 2010.

**DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento; TROMBINI, Raquel da Silva.** Questão do voluntariado no “terceiro setor”. Sociedade em Debate, Pelotas, 2013.

**DUTRA, Ana Paula Souza.** A inserção da pessoa com deficiência e o capacitismo. 2023. Monografia – UFOP.

**FUNDAÇÃO MARIANENSE DE EDUCAÇÃO – FME.** Comunidade da Figueira. Disponível em: <https://www.fundacaomarianense.com.br/mantidas/comunidade-da-figueira/>.

**GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo.** Métodos de pesquisa: abordagens qualitativas e métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre, 2009.

**HAMMARSTRÖM, Cadine Flores; LEMOS, Laura Salvaterra Domingues; KRONHARDT, Luiza Emanuelle.** Capacitismo e trabalho. Anais do EnPESS, 2024.

**IAMAMOTO, Marilda Villela.** O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).** Dados da Organização da Sociedade Civil – APAE Mariana. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/505173>.

**JUNQUEIRA, Luciano A. Prates.** A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. 2004.

**LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa.** O capacitismo e suas formas de opressões nas ações do dia a dia. 2023.

**LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (org.).** História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília, 2010.

**MARQUES, Iago Vinicius Evangelista.** Fundamentos do Serviço Social. Monografia – UFOP, 2021.

**MINAYO, Maria Cecília.** Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. 2002.

**MINAYO, Maria Cecília.** Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. 2009.

**NEPOMUCENO, Rafaela Marciano.** A atuação do assistente social no contexto da reabilitação. 2023. Monografia – UFOP.

**PEREIRA, Jaqueline; SARAIVA, Joseana Maria.** Trajetória histórico-social da população deficiente. SER Social, 2017.

**PINHEIRO, Rui dos Santos; BRUTTI, Tiago Anderson.** A evolução da legislação para a pessoa com deficiência. JusBrasil.

**PREFEITURA DE MARIANA (MG).** Lei Ordinária n. 3.714, de 30 de junho de 2023.

**RIBEIRO, Viviane Cristina Silva Vaz; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra.** Serviço Social, pessoa com deficiência e Direitos Humanos. Ser Social, 2022.

**SILVA, Angélica Araújo Paiva.** A intervenção do/a assistente social na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. 2023. Monografia – UFOP.

**SILVA VAZ, Viviane Cristina S.; TRISTÃO, Vanessa Barbosa; SOARES DA SILVA, Lígia de Oliveira; IGNEZ, Lucas Elias.** Serviço Social, pessoa com deficiência e os desafios para a inclusão no mundo do trabalho. Anais EnPESS, 2022.

**VIANA, Larissa.** Centro de Equoterapia em Mariana leva autonomia e qualidade de vida. Jornal O Espeto, 2021.

**VIANA, Cintia Teixeira de Sousa; BENICASA, Miria.** Maternidade atípica: termo e conceito. 2023.

**YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT ANA, Raquel.** Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. Serviço e Sociedade.

**APENDICE**

1-Idade: \_\_\_\_\_

2- Estado civil:

Solteira

Casada

Separada

Viúva

Outros: \_\_\_\_\_

3- filhos você tem?

1

2

3 ou mais

4.Quantos filhos seus possuem algum tipo de deficiência?

1

2

3 ou mais

5-Qual é a deficiência do seu filho? (Você pode marcar mais de uma opção)

Deficiência intelectual

Deficiência física

Deficiência auditiva

Deficiência visual

Transtorno do espectro autista (TEA)

Deficiência múltipla

Outras: \_\_\_\_\_

6. Você tem acesso a algum tipo de rede de apoio, família, associações ou serviços da comunidade, que ofereçam suporte a você e ao seu filho com deficiência?

- Sim
- Não

Se sim, quais serviços ou grupos fazem parte dessa rede? Como eles auxiliam? \_\_\_\_

7. Você tem acesso a programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o Bolsa Família?

- Sim, BPC
- Sim, Bolsa Família
- Outros (especifique):
- Não

Se não, qual o motivo de não acessar esses programas?

8- Seu filho tem acesso a serviços de Reabilitação?

- Sim
- Não

Se sim, os serviços são oferecidos por:

- SUS
- Particular

O seu filho tem acesso a médicos especialistas?

- Sim
- Não

Se não, quais são as dificuldades para acessar esses serviços?

9- É sabido que no Município de Mariana não tem nenhuma clínica de reabilitação voltada às pessoas com deficientes. Nesse sentido, os usuários são encaminhados para o CER (Centro Especializado em Reabilitação) em Itabirito. Você acessa aos serviços do Cer?

- Sim

( ) Não

Se sim, quais?

10- Caso tenha dificuldades para acessar o serviço, quais são as principais dificuldades? (Marque todas as opções que se aplicam)

( ) Falta de profissionais especializados

( ) Falta de equipamentos adequados

( ) Tempo do deslocamento para outra cidade

( ) Outro? \_\_\_\_\_

( ) Não tenho dificuldades

11- Você já deixou de receber atendimento por falta de vagas ou indisponibilidade de profissionais?

( ) Sim

( ) Não

12- Você tem acesso aos medicamentos necessários para o seu filho(a) ?

( ) Sim, através do SUS

( ) Sim, através de serviços particulares

( ) Não

Se não, quais são as dificuldades para obter esses medicamentos?

13. Você sente que tem o apoio necessário da prefeitura do seu município para cuidar do seu filho?

( ) Sim

( ) Não

Se não, quais seriam ?

14. Quais são os maiores desafios ou dificuldades que você enfrenta ao cuidar do seu filho?

( ) Acesso a serviços de saúde

( ) Acesso à educação

( ) Falta de apoio da família

( ) Falta de apoio da comunidade

( ) Preconceito e discriminação

- Dificuldades financeiras
- Falta de informação e orientação
- Outros:

15. Você sente que a escola oferece o suporte adequado para o seu filho?

- Sim
- Não

Se não, o que poderia ser melhorado?

16- Seu filho(a) tem acesso ao emprego formal?

- Sim
- Não

17- Seu filho(a) tem acesso a escola regular?

- Sim
- Não ,

Se não gostaria que tivesse? \_\_\_\_\_

Existe algum outro desafio que você gostaria de compartilhar